



SOL

03-06-2017

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 58246

Temática: Política

Dimensão: 1172 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/16

António Mexia e João Manso Neto arguidos

☞ Pág. 16

Política

MEXIA E MANSO NETO ARGUIDOS POR CORRUPÇÃO

Ana Petronilho

ana.petronilho@sol.pt

Sónia Peres Pinto

sonia.pinto@sol.pt

Em causa estará a alegada falsificação de documentos de rendas de eletricidade que terá permitido às empresas cobrar ao Estado valores indevidos.

O presidente executivo da EDP, António Mexia, e o presidente executivo da EDP Renováveis, João Manso Neto, foram ontem constituídos arguidos pelo Ministério Público por suspeita de corrupção. Além destes dois administradores da elétrica nacional foram ainda constituídos arguidos dois gestores da REN: João Faria da Conceição, membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, e Pedro Furtado, membro da direção de serviços de apoio às concessões com a pasta Estudos e Regulação.

A Redes Energéticas Nacionais (REN) e a EDP terão produzido documentos falsos de rendas de energia que lesaram o Estado, cobrando valores indevidos em compensações, sabe o SOL.

Esta suspeita levou, ontem, a Polícia Judiciária a realizar buscas aos escritórios destas duas empresas e da consultora Boston Consulting. Terão sido passados a pente fino pela Unidade de Corrupção da PJ os gabinetes dos administradores e presidentes dos conselhos de administração, além dos gabinetes financeiros e de contabilidade.

A PJ está ainda a investigar um curso de MBA, o The Energy MBA, desenhado em 2010 pelo ex-ministro da Economia, Manuel Pinho, que foi financiado com verbas da EDP.

Em causa, diz o Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), «estão factos suscetíveis de integrarem os crimes de corrupção ativa e passiva e participação económica em negócio». O Ministério Público diz ainda que foi recolhida «vasta documentação e informação digital» e que as investigações vão prosseguir.

António Mexia foi nomeado



António Mexia foi nomeado presidente executivo da EDP em 2006

para liderar a elétrica nacional em 2006, durante o Governo de José Sócrates.

O SOL tentou contactar António Mexia, que se encontra em Vancouver a acompanhar Durão Barroso, como convidado no encontro de Bilderberg, mas não obteve resposta até ao fecho da edição. Contactadas pelo SOL, as duas empresas confirmam as buscas e dizem apenas que estão a colaborar com as autoridades.

Documentos de 2004

Os documentos falsos terão sido produzidos durante o período em

António Mexia está em Vancouver com Durão Barroso nos encontros de Bilderberg

que os contratos de aquisição de energia de longa duração das centrais da EDP (os chamados CAE) foram transformados em CMEC (contratos de manutenção do equilíbrio contratual). Esta alteração aconteceu em 2004, tendo efeitos práticos em 2007, de forma a criar um mercado ibérico de eletricidade.

O processo arrancou ainda durante o Governo de Durão Barroso e terminou durante o Governo de José Sócrates.

É de referir que os CMEC representam uma das principais fontes de receita da EDP na produção de eletricidade em Portugal. Funcionam como uma compensação atribuída à elétrica portuguesa depois da cessação de vários contratos de aquisição de energia que a empresa tinha em dezenas de centrais elétricas. Desta forma, garantiam à EDP uma receita previsível para a eletricidade produzida naquelas centrais, na maior parte dos casos barragens.

Os contratos chegaram a ser investigados pela Comissão Europeia e, depois da troika ter analisado documentos do Estado, Bruxelas pediu esclarecimentos ao Governo português sobre os contratos que foram feitos com a EDP e nunca foram formalmente comunicados pelo Estado aos serviços comunitários.

No entanto, a Comissão Europeia acabou por arquivar o processo por entender que a extensão das concessões de energia hidroelétrica atribuídas por Portugal à EDP não envolve um auxílio estatal.

Também a Autoridade da Concorrência tem em curso uma investigação relacionada com a subida acentuada dos preços dos serviços de sistema, devido a uma concertação de ofertas entre as centrais em regime de mercado e as centrais CMEC da EDP. Quando terminar o inquérito, a AdC poderá condenar a EDP (e aplicar

uma coima que pode ir até 10% do volume de negócios da empresa) ou arquivar o processo.

MBA de Manuel Pinho investigado pela PJ

A Polícia Judiciária está também a investigar o MBA desenhado pelo ex-ministro da Economia, Manuel Pinho. O curso – que funcionava em parceria entre o ISCTE e a Universidade de Columbia, em Nova Iorque – foi lançado em 2010, um ano depois do ex-ministro ter saído do governo de José Sócrates.

Era, na altura, o primeiro programa de formação avançada no mundo com especialização no setor energético, com maior destaque para as energias renováveis. Como professores convidados e oradores de palestras, o curso contava, precisamente, com o então presidente da REN, Rui Carriço, e com António Mexia.

Mais tarde veio a público que o MBA recebia um patrocínio da EDP, ou seja, a elétrica nacional pagava parte dos custos, com verbas que poderão ter chegado a três milhões de euros. Contactado pelo SOL, o reitor do ISCTE, Luís Reto, confirmou que o curso foi descontinuado, tendo havido apenas duas ou três edições.

Recorde-se que foi Manuel Pinho, enquanto ministro da Economia, em 2007, que autorizou a renovação das concessões das barragens à EDP, por mais 15 a 25 anos.

Também José Sócrates teve intenções de prosseguir os seus estudos para a Universidade Columbia, onde Manuel Pinho dava as aulas do MBA, para frequentar um doutoramento, com um custo anual na ordem dos 120 mil euros. Terá sido Manuel Pinho a interceder por José Sócrates junto da instituição para que fosse admitido como *visiting scholar*. Além do doutoramento, cujo tema ainda não estaria definido, José Sócrates queria organizar palestras e levar à Universidade de Columbia nomes como Lula da Silva ou Nicolas Sarkozy.